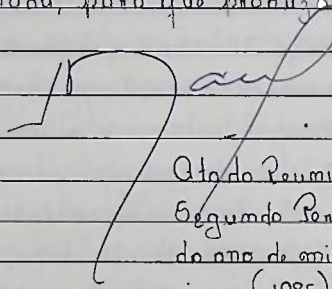


Projeto de Lei nº 128/85, Projeto de Lei nº 174/85, contendo Remuneração Executiva nº 129/85, Projeto de Lei nº 175/85, contendo Remuneração Executiva nº 130/85, Projeto de Lei nº 176/85, contendo Remuneração Executiva nº 131/85, Projeto de Lei nº 177/85, contendo Remuneração Executiva nº 132/85, Projeto de Lei nº 178/85, contendo Remuneração Executiva nº 133/85, Projeto de Lei nº 179/85, contendo Remuneração Executiva nº 134/85, Projeto de Lei nº 180/85, contendo Remuneração Executiva nº 136/85, Projeto de Lei nº 181/85, contendo Remuneração Executiva nº 140/85. Nesta etapa, o Senhor Presidente solicitou ao 1º Secretário que fizesse nova chamada do nominal dos Senhores Vereadores para verificação de cota. Verificou-se a falta do número regimental para deliberação das matérias restantes da pauta, encerrando assim o presente reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente marcou uma reunião ordinária, para quinta-feira, dia cinco de dezembro, às dezesseis horas e, para combater mandou que se lances em ta Ata que de pois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, será animada, para que produza os seus efeitos legais.



Ata da Reunião de Encerramento do Segundo Período Legislativo Ordinário do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco (1985), realizada no dia cinco de dezembro do ano em curso.

As dezesseis horas do dia cinco de dezembro do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco (1985) sob a presidência do Vereador Acyr Silva da Rocha e, com a ocupação do primeiro secretaria pelo Vereador Mauro José de Aguiar, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cobo Branco. Após demais responderem a chamada nominal, os seguintes Vereadores: Euríclides Acopi de Oliveira, Antônio Carlos de Carvalho Almeida, Amaçô

Sócios dos Santos Cordeiro, Osmar Berra de Figueiredo, Almeida
 Feliciano de Souza, Divaldy Pereira da Silva, Galpardo Farias Mo
 nor, Osmar Cordeiro Moraes, Octávio Raja Colapátria, Sílvio dos
 Santos Figueira, Virgínia Cordeira de Souza, Walter de Berra So
 reira, Wilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Sa
 mbor Presidente, em nome do Senh. declarou aberto o presen
 te reunião. • Seguiu, lido e aprovada o Ata da 4ª reunião
 Primeira Reunião Ordinária, realizado no dia três de dezem
 bro de ano em que o logo após, o Senhor Presidente delo
 rrou a leitura do EXPEDIENTE, que contou do seguinte:
 Indicação nº 130/85, de autoria do Vereador Manoel José de
 Aguiar, solicita o envio de Expediente ao Senhor Prefeito
 Municipal, no sentido de que sejam viabilizadas providên
 cias que possibilitem melhor acesso a linha de ônibus. Re
 quisição nº 77/85, da Laura de Vereadora Ana Cláudia
 Thian dos Santos Cordeiro, dispõe sobre concessão de licença de
 Aproveitamento do Grupo ABC, pela instalação de um Supermerc
 do no Município de Cabo de São Roque. Resolução nº 178/85, de ma
 mo autoria, requer discussão única na Comunidade do Consi
 tituição e Junção Financeira, Resolução nº 179/85, da
 Sra. S. Mal, sobre o Projeto de Lei nº 185/85, oriundo da Comissão
 Executiva nº 146/85, Requerimento nº 179/85, Pedido de
 Comissão, requer a abertura de número regimental, urgência e
 discussão única na Comunidade do Constituinte e Junção
 Financeira, Resolução nº 180/85, Resolução nº 181/85, do
 Sr. Mal nº 190/85, oriundo da Comissão Executiva nº 147/85,
 Projeto de Lei nº 180/85, oriundo da Comunidade, requer a abri
 na forma regimental, urgência e discussão única na Comu
 nidade de Constituição e Junção Financeira, Desempenho e
 Aproveitamento, Resolução Sinal, sobre o Projeto de Lei nº 191/85,
 oriundo da Comissão Executiva nº 148/85, Requerimento nº
 181/85, Presidente de Comissão, requer a abertura na forma regimen
 tal, urgência e discussão única na Comunidade de Constituição

o Juiz de Direito, Desembargador, Advogado e Redação Final, para o Projeto de Lei nº 193/85, oriundo da Mensagem Executiva nº 150/85, Requerimento nº 182/85, Presidente da Comissão, requer a Mesa na forma regimental, urgência e discussão única nas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças, Orçamento, Advogado, Redação Final, para o Projeto de Lei nº 194/85, oriundo da Mensagem Executiva nº 151/85, Projeto de Lei, Requerimento nº 183/85, de autoria do Vereador Afrânio de Faria, requer urgência e discussão única para o Projeto de Lei nº 184/85, contendo Mensagem Executiva nº 144/85, Requerimento nº 184/85, de autoria do Vereador Osmar Cordeiro, requer urgência e discussão única nas Comissões Técnicas pertencentes para o Projeto de Lei nº 184/85, contendo Mensagem Executiva nº 142/85, Requerimento nº 185/85, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, requer urgência e discussão única nas Comissões Técnicas pertencentes para o Projeto de Lei nº 189/85, contendo Mensagem Executiva nº 145/85, Projeto de Lei nº 188/85, de autoria do Vereador Dirley Pereira da Silva, denomina Rua Pastor Paulo Macalão, e Rua da Luz, no Bairro Braga, com início a Rua Dona Francisca, também na Avenida Vereador Manoel Antunes, o Projeto de Lei nº 195/85, de mesmo autor, fica revogado em todos os seus artigos, a Lei Municipal nº 246, de 14 de abril de 1984, que instituiu o Taxa de Iluminação Pública, germinada a Lei-Tipo do Expediente e, como primeiro orador ocupou a tribuna o Vereador GERALDINO FARIAS NEVES, iniciou sua fala dizendo que a Câmara Municipal de Cabo São João não poderia se responsabilizar por mensagem enviada pelo Prefeito Municipal propondo abertura de crédito no valor de seiscentos milhões de cruzeiros para construção de Ponte de Urgência em atendimento a convênio celebrado com o INAMPS, afirmando que a Mensagem não trazia em seu bojo conteúdo que venisse provar que o Poder Legislativo do Município pudesse se responsabilizar por sua aprovação, ao colocar a fé pública com o Vereador Quintarco Ariel de Oliveira que na reunião

anterior a fantasia, no do P. P. para não apanhar a con-
 crença de crédito a legitimidade, solicitou a Bancada
 do P. P. B que acompanhasse o gesto do 1º Secretário da Câ-
 mara Municipal. Cumpre que no reunião anterior apreciasse
 a promulgação do Vereador Walter de Benna Zeixeira que
 tramitava e veremo era a promulgação de uma volta ao P. P. B
 em virtude impropriedade das decisões que em 1º de fevereiro
 cada por falta de um comandante firme e determinado, mas
 que mesmo assim lhe cumprira perguntar ao Vereador Walter
 de Benna Zeixeira se continuava a ser o P. P. B
 o fimtivamente no sentido de se manter o Prefeito P. P.
 Zeixeira e voltar ao anti-... a Não Bot... to de... que
 podia deixar de criticar o Vereador Walter de Benna Zeixeira por
 ter participado da campanha política do P. P. B do P. P. B
 citando-o contra o novo candidato do partido, Vereador
 Renato Simão de Souza e defendendo o P. P. B, e ainda no
 ainda sobre as propostas de adoção de medidas pelo ve-
 reador Walter de Benna Zeixeira para...

suas falhas no plano do município, dist... o que ex... de
 fomentos. Reportando-se ao P. P. B do P. P. B, que não
 estava nos mandatos do Município de P. P. B, como também
 o nome da Boa Vista, paciência, que se ad... na...
 suas que venia dirigidas para aquelas localidades...
 do Prefeito Renato Simão de Souza. A seguir, ocupou a tribuna
 o Vereador DIRLEY PEREIRA DA SILVA, o o... de...
 do ano legislativo seguinte... e... que...
 amigos que anualmente frequentavam as reuniões do P. P. B
 os que criticavam, nos que... e...
 aos membros funcionários do Município de P. P. B, que
 acompanhavam de sabuta no dia a dia. Dirigiu apelo a direção do
 Rádio Cabo Frio, no sentido de que as transmissões das reuniões
 da Câmara se dessem vez... e...
 pois eram iminentes as falhas cometidas pela administração...

completadas não só por Vereadores como também por diversos
assistentes. Enxameou a péla em nome de funcionários municipais
lotados no Município de Anápolis do qual que em virtude da emanci-
pação do 4º Distrito estavam em situação funcional indefinida
sendo necessária uma resolução e curta prazo para tal quadro. Dis-
correndo sobre o ano de 1985, disse que preferia da Tribuna uma
série de pronunciamentos sobre os mais variados temas fundado
que o importante é que como Vereador colocaria em execução a
prerrogativa de um da Tribuna para dizer o que pensava e o que
sentia, reflexo da opinião da comunidade, exemplif. como com o
decano da Administração Municipal para com a Câmara Munic-
pal, cujas proposições aprovadas raramente mereciam a conside-
ração do Executivo Municipal, que sequer respondia ao Regula-
tivo o que era deveras lamentável. Disse que lamentava bastante
frequência o problema das eleições dos Administradores de Bair-
ros, afirmando que não era suficiente a colocação de Administra-
dores, que o importante era a alocação de recursos o que evidente-
mente não estava acontecendo com os eleitos nem os meros expo-
s-tadores das carências e necessidades dos seus bairros. O requer-
dante disse que durante o ano de 1985 falou com bastante frequência
do estado de abandono em que se encontrava o interior do Munic-
ípio bem como os bairros periféricos do Município, estendendo
suas críticas ao critério para exploração das feiras livres em diver-
sos logradouros da cidade, com cobrança de taxas abusivas no fe-
riante, mesmo sem o fornecimento de tabuleiros e ainda a falta de
contabilidade própria através do Zôon Municipal, o que era
um absurdo e uma infregância a lei. Colocou um amplo relato
de suas atividades na Câmara Municipal sempre em defesa
dos mais pedidos interenres populares. Abordando a política
nacional disse que o Governo Sarney até o presente momento
então dando uma noção de demonstração de despreparo, de falta
de remediabilidade para com os grandes crimes da Nação, dizendo
que nos últimos dias levantara com bastante frequência o que

ludo da reforma agrária, em sua opinião, foi conservadora, e autoritária, de que a reforma agrária dos governos da 1ª República, e mesmo ocorrendo com a política econômica imposta ao povo brasileiro mais do que nunca submetida ao FMI, entendendo que um Governo que se rotulava de democrata não podia usar de artifícios como a distribuição de cupons para doação de leite a população infantil do Brasil, e que nem deveria vir a continuidade da política continuista, submetida a qualquer medida. Finalizando, disse que o que se esperava da Nova República eram medidas redentoras, não a distribuição de um humilhante litro de leite para as crianças carentes. Logo após, ocupou o tribuna o Vereador ALCINEDES FERREIRA DE SOUZA, disse que mesmo com a presença parlamentar por implicação legal, disse não acreditar que os Vereadores fossem responsáveis da situação, afirmando que todos continuavam presentes na existência do povo através dos seus representantes no Município, dizendo que entraria a disposição de todos em sua residência pelo Juízo de Paz nº 469. Disse que o Conselho Municipal do Leite de Vigência a ser constituído pelo Município, e o convênio com o INAMPS disse que a obra tende ao que de melhor o povoante diga respeito a instituições públicas, firmamos que a homenagem do Executivo Municipal propõe a abertura de crédito especial no valor de seiscentos mil reais de cruzados tendo o papel do na foi a que todo o recomendou a Comissão Federal, o que colocava a matéria também acima de qualquer município, o que, no momento, um convênio firmado entre a Prefeitura e o INAMPS, com verba federal, de qualquer forma o Prefeito Municipal compareceu ao Conselho Municipal Médico para que a comunidade não fosse obrigada a constantes contribuições e humilhações. Responderam o aparte da Vereadora Ana Lídia Mathias Correia, a Vereadora Alcimides Ferreira de Souza foi convocada ao Banco do Brasil datado de 22 de abril de novembro de 1985, no qual a instituição comu

para a política, que o futuro exam todos os momentos unidos na pugna partidária, e no dia a dia de contato com a povo e que era vereador pela quarta vez, e nunca e gamara ao seu melhoramento, nunca comprava votos e que nunca fizera politica contrária aos seus principios éticos, e que ~~ambim nada~~, era obrigado a dizer ao Vereador Geraldino Neves que existia na medicina um tratamento mortifero chamado "eulomania" e que o Vereador Geraldino Neves começava a sofrer os efeitos de uma eulomania praticada pela opinião pública, mostrando lentamente em sua vida política, sua vida pública, econo-
 nizando no Vereador Geraldino Neves imensamente na vida pública e nem conage para nomunciar e ser eleito em Cab. An. e concorrer a um mandato politico em sua terra, o Districto do Cabo, a exemplo de Renato Vianna, que recomendava-se suas atitudes, que não deixava a sua ambição e quando era candidato a Vereador o seu irmão, nepultando a politica comento do contrario do Vereador Geraldino Neves e a sua atitude profundamente sã e boa, e não se botava de no go para fazer sua vida politica por tantos motivos dignos de consideração, com suas proposições de grande alcance comunitário logo após disse que o Projeto de Lei nº 14/195 era do Poder Executivo, propondo abertura de crédito especial no valor de seiscentos mil Phôs de cruzeiros para fazer a construção de um Pont de acesso bédico e a criação do CONASP, considerando que se permite um entendimento do o objetivo do comvênio, e mesmo de acordo com a maioria dos Vereadores, e que ~~ambim nada~~, achava de fundamental importância que a matéria fosse discutida com maior maximo de tempo, esperando que algum colega dissenha a que ve
 almente significativas, e a Prefeitura e que agn deca, vint. comp. no P. d. de meromte a cada um dos Vereadores. Logo após ~~ambim nada~~ e o
 rendos VIRGINIO CORRÊA DE SOUZA,

mento de mais um período legislativo não poderia deixar de pa-
rar dos sentimentos que envolviam o político em seu relacionamen-
to com a comunidade, vivência que muito enriquecia a vida
do Vereador. Reportou-se a descoberta do Brasil e os motivos que
levaram os colonizadores a descoberta da Serra de Vera Cruz,
fazendo uma transposição para os dias atuais e os problemas
vividos pelo país inclusive abordando a pegada da Revolução de 1964, discorrendo sobre o período e os males que
que causaram ao povo brasileiro, atendo-se a seguir a Polí-
tica da economia brasileira e os seus reflexos sobre a cidadã. De-
pois que ao apontarem para a OPEP a culpa dos problemas brasilei-
ros as autoridades federais davam uma corol de manifestação
de que ainda não haviam encontrado as soluções corretas, per-
dendo-se num emaranhado de decisões que em modo beneficiavam
ao país, com os municípios sofrendo o que se poderia cogitar
de circunstâncias internacionais, pois na verdade existia de
que existia uma "máfia" de potências que controlavam os países
subdesenvolvidos jogando suas peças econômicas, e que era
um absurdo finalizar sua fala dizendo que em 1986 Paulo
Luzianne realmente um município próspero, esperando que fi-
nalmente com novos recursos o Prefeito Alair Loureiro pudesse re-
fazer as obras que estava devendo a comunidade. Depois, ocu-
pou a tribuna o Vereador ANTONIO CARLOS DE CARVALHO TRINDADE, disse
que fazia alusão em sua fala a dois propositores, o primeiro
do Vereador Alcimeides de Souza que dissera naquela tarde que
jamais votaria contra as homenagens do Senhor Prefeito Municipal
independente do seu conteúdo, dizendo que o Vereador tinha a obli-
gação de fiscalizar os atos do Poder Executivo, por mandato outor-
gado pelo povo a quem devia satisfação, lamentando a atitude do
Vereador Alcimeides de Souza, há um apaixonado pelo poder e en-
quecido de suas obrigações para com o povo. Abordando o pro-
nunciamento do Vereador Virgínia Pereira de Souza, disse que pres-
tava sua solidariedade ao compatriota, visto homenagem que tra-

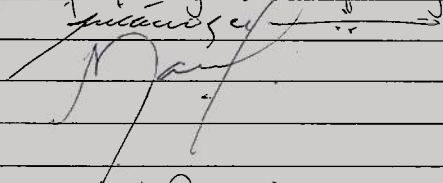
mitava no caso, visando obtenção de empréstimo pela Prefeitura através do Bamerj, proporcionando assim mais rendimento para o Município já tão sacrificado, criticando o Prefeito Municipal por ter aplicado a arrecadação do Município sem o devido planejamento, o que proporcionava hoje a tomada de empréstimo na rede bancária, o que onerava as finanças do Município, mesmo tendo em vista a finalidade, ou seja, o pagamento de décimo terceira aos funcionários Municipais, considerando que a falta de planejamento da Administração Municipal provocava tal estado de coisas em todos os setores da vida do Município. Fez então críticas contundentes quanto a aplicação do Orçamento Municipal de ano de 1986 afirmando mais uma vez que a falta de planejamento adequado exauriu as já enfraquecidas finanças municipais, com as dívidas se acumulando inclusive com os funcionários Municipais. Emoligou sua P. e d. para a seguinte finalidade: realização da obra do IMB que do x do conhecimento de todos que o Prefeito do Município é muito ditoso a respeito da vinda de aqui no dia 10 de outubro P. e d. para a seguinte finalidade, e que até o presente momento nenhuma explicação válida havia sido colocada pelo Executivo Municipal. Bancada do PRQB fez logo após, ocupou a tribuna e Jureador ONIAS CORSEIRO MORAIS, iniciando sua fala rogou a Deus que iluminasse todos os P. e d. do C. B. e d. Natal que se aproximava e a seguir, disse que tinha a certeza de dever cumprir no ano que se encerrava, com proposições e indicações sempre voltadas para o que de mais relevante atender ao interesse público, exemplificando com a implantação de um Posto de Serviço dos Correios no Bairro São Cristóvão entre outros atendimentos proporcionados por sua intervenção e trabalho incessante. Encerrou sua fala fazendo uma invocação no sentido de paz, de concórdia, de trabalho comum na classe política e no Município na Câmara Municipal de Cabo São. A seguir, ocupou

mento de mais um período legislativo não poderia deixar de fo-
tar dos sentimentos que envolviam o político no seu relacionamen-
to com a comunidade, vivência que muita enriquecia a vida
do Vereador. Reportou-me a descoberta do Brasil e os motivos que
levaram os colonizadores a descoberta do Terra de Vera Cruz,
fazendo uma transposição para os dias atuais e os problemas
vividos pelo país inclusive abordando a segregação racial tal
da Revolução de 1964, discorrendo sobre o período e as manifestações
que causaram ao povo brasileiro, citando-me a seguir a longa aná-
lise da economia brasileira e os seus reflexos sobre a cidadã. Ou-
ve que ao apontarem para a OPEP a culpa dos problemas brasilei-
nos as autoridades federais davam uma cabal demonstração
de que ainda não haviam encontrado as soluções corretas, per-
dendo-se num emaranhado de decisões que em nada beneficiavam
ao país, com os municípios sofrendo o que se poderia denominar
de circunstâncias internacionais, pois na verdade no fato de
que existia uma "máfia" de potências que controlavam os países
sub-desenvolvidos negando-lhes parcerias econômicas, a que era
um absurdo. Finalizei sua fala desejando que em 1986 Roberto
Lorrambe realmente um Município próspero, esperando que fi-
nalmente com novos recursos o Prefeito Blair Corrêa pudesse real-
izar as obras que estava devendo a comunidade. A seguir, ocu-
pei o tribuna o Vereador ANTONIO CARLOS DE CARVALHO TRINDADE, disse
que fazia alusão em sua fala a dois pronunciamentos: o primeiro
do Vereador Alcimeides de Souza que disseu naquela tarde que
jamaiz votaria contra as homenagens do Senhor Prefeito Municipal
independente do seu conteúdo, dizendo que o Vereador tinha a obri-
gação de fiscalizar os atos do Poder Executivo, por mandado outor-
gado pelo povo a quem devia satisfação, lamentando a atitude do
Vereador Alcimeides de Souza, faz um apaixonado pelo poder e en-
quecido de suas obrigações para com o povo. Abordando o pro-
nunciamento do Vereador Virgílio Corrêa de Souza, disse que pres-
tava sua solidariedade ao companheiro, visto homenagem que tra-

Atribuiu o Vereador AUREO BESSA DE FIGUEIREDO, iniciou sua fala comentando sobre o promunciamto do Vereador Walter de Ben- na Teixeira, afirmando que ao se colocar como Vereador radical no PSDB, em suas palavras, na realidade o mesmo era um pe- medelinta autêntica, de luta, aguerida, cujo trabalho era reco- nhecido pelo povo de Cabo Frio e pela Cans, embora muitas vezes o seu posicionamento político fosse contrário ao do PSDB e até mes- mo ao Prefeito Municipal, mas que tal posição não o desmerecia, o que detoava também uma constante procura do seu espaço político que lhe conviesse, e que assim sendo vendia ao companheiro as suas homogeneza, malgrado alguns desentendidos de opiniões e alguns promunciamtos mais cômicos quanto o Administratãõ Municipal Colocou uma análise do momento político vivido no Município, principalmente no que dizia respeito as relações com o Poder Executivo, dizendo que algumas divergências haviam se- trovam sobretudo o espírito da liberdade democrática e a plene exer- cida dos prerrogativas inerentes a função de Vereador, e que com- bone no promunciamto do Vereador Virgínio Corrêa de Souza, pe- dio afirmar que o Prefeito Municipal jamais iria se esquecer das lo- calidades menos favorecidas do Município, visto o seu compromisso sempre marcante para com os problemas sociais. Quanto ao Vereador Antônio Carlos Trindade, disse que o mesmo deveria pedir perdão pelas injúrias lançadas contra o Prefeito Municipal durante o ano de 1985, e que o mesmo deveria dirigir seus esforços no sentido de a- judar a Administração Municipal a solucionar os graves problemas pelo qual passava o Município, tendo o certeza de que o Sr. Vereador Antônio Carlos Trindade, homem da Igreja, católico fervoroso e levava por certo a uma reflexão mais positiva, humana quanto ao julgamento do seu semelhante. Emceou sua fala invocando, e tra- balho, a concórdia, a paz, no sentido de que o Prefeito Alair Corrêa levante a bem tenha sua obra redentora em Cabo Frio Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente, de imediato, transpor- tou os trabalhos à ORDEM DO DIA. Nesta etapa, foram apreciadas as

seguintes matérias: Aprovado o Indicação nº 130/85, de autoria do Senador Manoel Teodoro de Oliveira foram aprovados os Requerimentos nº: 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185/85 foram encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça, os seguintes Projetos, Projetos de Lei nº: 188, 195/85, de autoria do Senador Dely Pereira do Silva, foram encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça, Finanças, Orçamento, Planejamento e Comissão de Redação Simul, nos seguintes Projetos, Projeto de Lei nº 184/85, contendo Remuneração Executiva nº 144/85, Projeto de Lei nº 185/85, contendo Remuneração Executiva nº 146/85, Projeto de Lei nº 187/85, contendo Remuneração Executiva nº 142/85, Projeto de Lei nº 189/85, contendo Remuneração Executiva nº 145/85, Projeto de Lei nº 190/85, contendo Remuneração Executiva nº 147/85, Projeto de Lei nº 191/85, contendo Remuneração Executiva nº 148/85, Projeto de Lei nº 193/85, contendo Remuneração Executiva nº 150/85, Projeto de Lei nº 194/85, contendo Remuneração Executiva nº 151/85. Aprovado o Projeto Executivo do Orçamento e Redação Simul, nos seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 164/85, contendo Remuneração Executiva nº 115/85, Projeto de Lei nº 651/85, contendo Remuneração Executiva nº 117/85, Projeto de Lei nº 102/85, contendo Remuneração Executiva nº 120/85, Projeto de Lei nº 167/85, contendo Remuneração Executiva nº 121/85, Projeto de Lei nº 168/85, contendo Remuneração Executiva nº 122/85, Projeto de Lei nº 469/85, contendo Remuneração Executiva nº 123/85, Projeto de Lei nº 170/85, contendo Remuneração Executiva nº 124/85, Projeto de Lei nº 471/85, contendo Remuneração Executiva nº 125/85, Projeto de Lei nº 172/85, contendo Remuneração Executiva nº 126/85, Projeto de Lei nº 173/85, contendo Remuneração Executiva nº 128/85, Projeto de Lei nº 174/85, contendo Remuneração Executiva nº 129/85, Projeto de Lei nº 175/85, contendo Remuneração Executiva nº 130/85, Projeto de Lei nº 476/85, contendo Remuneração Executiva nº 131/85, Projeto de Lei nº 177/85, contendo Remuneração Executiva nº 132/85, Projeto de Lei nº 178/85, contendo Remuneração Executiva nº 133/85, Projeto de Lei nº 179/85, contendo Remuneração Executiva

nº 134/85, Projeto de Lei nº 180/85, contendo homenagem Executiva nº 136/85, Projeto de Lei nº 181/85, contendo homenagem Executiva nº 140/85 Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente marcou uma reunião extraordinária para dentro de dez minutos, encerrou o presente. E, para constar, mandou que se lavrasse esta Ata que, depois de lida, rubricada e apreciada plenária, aprovada, será assinada, para que produza os seus efeitos legais.

Assinado e


Ata da Reunião Extraordinária do Segundo Período Ordinário do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco (1985), realizada no dia cinco de dezembro, do ano em curso.

No dezesseis horas do dia cinco de dezembro do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco (1985), sob a presidência do Vereador Geyn Silva do Rocha, e com a ocupação da primeira e da segunda secretarias pelos Vereadores Manoel José de Azevedo e Quintance Cecili Oliveira, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após dozes responderam a chamada nominal, os seguintes Vereadores: Quintance Cecili de Oliveira, Antônio Carlos do Carmo Trindade, Gisele Kathian Corrêa Azevedo Berra de Siqueira, Alcides Ferreira de Souza, Dirceu Pereira de Silva, Geraldo Farian Neves, Amias Copelairo Moraes, Otávio Raja Caboglia, Sílvia dos Santos Siqueira, Virgínia Correia de Souza, Walten de Berra Teixeira, Wilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, em nome de Deus, declarou aberta a presente reunião. Não havendo Ata confeccionada para ser lida o Senhor Presidente, de imediato, transportou os trabalhos à ORDEM DO DIA. Nesta ata foram apreciadas as seguintes